



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 15 | Nº. 28 | Jan./Jun. de 2023

Clarice Gontarski Speranza

Universidade Federal do Rio Grande do Sul / UFRGS.

clarice.speranza@gmail.com

MEMÓRIAS EM DISPUTA: Uma reflexão acerca da construção das lembranças operárias.

RESUMO

O artigo discute perspectivas teóricas e metodológicas em história social do trabalho em diálogo com campos de pesquisa relacionados à memória, história do tempo presente e história oral, enfocando, em especial, aspectos conceituais a respeito das construções de memória da classe trabalhadora. A abordagem compreende a memória como espaço de luta e de afirmação da identidade operária, percebida em suas contradições e paradoxos, num mundo no qual o trabalho parece perder a sua centralidade. Os embates em torno do patrimônio histórico num contexto de desindustrialização se constituem em momentos de valorização da experiência operária e de disputa por lugares de memória.

Palavras-chave: História Social do Trabalho; História do Tempo Presente; História Oral.

ABSTRACT

The article discusses theoretical and methodological perspectives in the social history of labor in dialogue with research related to memory, history of the present and oral history, focusing in particular on conceptual aspects regarding the memory constructions of the labor class. The approach understands memory as a space for struggle and affirmation of labor-class identity, perceived in its contradictions and paradoxes, in a world in which work seems to lose its centrality. The clashes around historical heritage in a context of deindustrialization constitute moments of appreciation of the labors experience and dispute for places of memory.

Keywords: Social History of Work; History of the present; Oral History.

Introdução

O trabalhador começa a perceber que ele está perdendo espaço, perdendo emprego, e um dos argumentos do empresariado é: "o trabalhador chinês trabalha 12, 14, 16 horas, outros por um prato de comida". Se tinha muito esse debate na época sobre as péssimas condições do trabalhador chinês e que, portanto, estava na hora dos trabalhadores brasileiros darem sua parcela de sacrifício visto que as empresas estariam fechando e indo embora. Nessa pressão que ocorre, e muito bem chantageado pelo empresariado. E também, de fato, não só como chantagem. Do ponto de vista pragmático, da concorrência de mercados, eles são obrigados a ter que concorrer com os calçados chineses, então tem que rebaixar a força de trabalho dos trabalhadores, aumentar a jornada de trabalho e aumentar o ritmo de trabalho, produzir em quantidade em menos tempo e pelo menor preço. Então essa é a lógica. Então isso faz com que o trabalhador se submeta às péssimas condições de trabalho, a uma precarização violenta, e vai cedendo espaço, e principalmente também no alto índice de acidentes de trabalho que a gente percebia aqui, que era o ritmo de trabalho com doenças ocupacionais (tendinite e tenossinovite), juntada ao acidente com o esmagamento de mão. Essas máquinas injetoras, por exemplo, que eu trabalhava como mecânico, eram máquinas nas quais era retirada a trava de segurança para poder ter acesso à máquina, uma troca de matrizes e produzir com mais intensidade. Eram retirados alguns dispositivos que regulavam o ritmo da máquina, e isso gerava muitos acidentes graves, inclusive com morte. Então todos esses anos que eu passei da minha vida laboral na região acompanhei todo esse processo. Até que o setor fica reduzido praticamente em nada.

(José Carlos Madeira, ex- operário da indústria calçadista, atualmente motorista de aplicativo na região metropolitana de Porto Alegre)

O relato¹ do ex- operário da região calçadista do Vale do Sinos, no Rio Grande do Sul, sobre a grande transformação coletiva pela qual a classe trabalhadora passou nas últimas décadas é repleta de alusões a aspectos que são centrais para a experiência de quem vive do trabalho no Sul Global: saúde, segurança, emprego, direitos. Tais elementos são pontos-chave na forma como o hoje motorista de aplicativo dá sentido a sua experiência passada de operário fabril em meio ao processo de reestruturação produtiva que provocou uma onda de desempregos na região.

Como pensar a memória da classe trabalhadora? O que as lembranças dos trabalhadores e trabalhadoras podem nos dizer sobre suas experiências, cultura e identidade? Este ensaio se propõe a abordar esse tema a partir de uma discussão

¹ O relato integra o escopo dos depoimentos colhidos dentro do projeto de pesquisa Memórias do Trabalho na Pandemia/UFRGS, realizado entre 2020 e 2022, por esta pesquisadora. A entrevista de José Carlos Madeira foi realizada em 20/09/2021, transcrita pelo bolsista de iniciação científica Gabriel dos Santos Barbosa, e revisada, posteriormente, pelo depoente. Nascido em Erechim, em 1965, José Carlos veio trabalhar na região metropolitana de Porto Alegre em 1983. Após dois anos servindo ao Exército na capital, foi para Novo Hamburgo, atraído pela abundância de vagas no setor coureiro-calçadista. No momento da entrevista, continuava morando na cidade e trabalhava como motorista de aplicativo.

bibliográfica, mesclando parte dos autores que construíram os fundamentos da atual abordagem sobre o tema da memória na historiografia e nas ciências sociais e propondo uma reflexão sobre estas questões em relação ao campo da história social do trabalho.

Para isto, discutimos, inicialmente, alguns dos alicerces das questões conceituais sobre a memória, para depois refletir sobre como pensá-las em conexão com os estudos envolvendo trabalhadores e trabalhadoras. Por último, propomos uma leitura das transformações verificadas no mundo do trabalho atual e seus reflexos na construção da memória operária e do patrimônio industrial.

Alguns apontamentos sobre memória

Desde as pesquisas do sociólogo Maurice Halbwachs, na primeira metade do século XX, a memória se tornou um campo de reflexão importante das ciências sociais e, posteriormente, da história. Aluno do filósofo Henri Bergson, ele próprio um estudioso da memória, Halbwachs dedicou-se a negar o caráter individual da memória, percebendo nela um fenômeno sobretudo coletivo. A memória seria produzida a partir de uma compreensão coletiva do tempo e da sociedade, e a memória individual não seria mais do que um ponto de vista da memória coletiva. As lembranças que nos pareceriam individuais teriam um caráter mais complexo, porém não deixariam de ser eminentemente coletivas, como definiu, “pelo efeito de várias séries de pensamentos coletivos emaranhados” (1990, p. 52).

Embora essa noção da inexistência da memória individual tenha sido bastante criticada, a importância do pensamento de Halbwachs permanece a partir não apenas do fato de ter trazido a memória para o campo da sociologia, mas também por ideias que ainda são centrais para a análise do fenômeno memorialístico. Uma delas é, sem dúvida, a compreensão de que as lembranças dependem do engajamento das pessoas com os acontecimentos e, também, com a relação do presente com o passado vivido.

De fato, é central na obra de Halbwachs a concepção da memória como uma representação do passado construída no presente. “A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (1990, p.70). Desta forma, a construção

memorialística operária segundo linhas delineadas por nossas outras lembranças ou pelas lembranças dos outros.

Aluno de Pierre Bourdieu, o também sociólogo Michael Pollak retomou várias das proposições de Halbwachs, embora não negasse a existência de uma memória individual. Pollak ressaltou alguns aspectos do processo memorialístico: seu caráter seletivo (e, por isso, a relevância de sua aparente antítese, o esquecimento), estruturado a partir do presente, bem como sua centralidade para o sentimento da identidade, da imagem de si, de um grupo ou indivíduo. Neste sentido, Pollak (1987) chama atenção para como memória e identidade, irmãs siamesas, são disputadas em conflitos sociais e intergrupais.

Um dos papéis da sociologia – e da história social – seria a análise do enquadramento da memória, ou seja, do processo de manutenção, coerência, unidade, continuidade, organização que envolve a rememoração. Em sua própria pesquisa com sobreviventes de campos de concentração, Pollak apontava caminhos para o processo de interpretação dos depoimentos, enfatizando as leituras possíveis dos estilos narrativos, do uso de pronomes pessoais, dos polos convergentes e opostos das histórias contadas.

Se em Pollak (e em outros autores), memória e história se confundiam, em Pierre Nora segue por uma trilha diversa, explicitando uma oposição entre eles e, de certa forma, retomando uma perspectiva de Halbwachs. Nora tornou-se conhecido por cunhar o conceito de “lugar de memória” – que se tornou uma das ideias mais retomadas posteriormente nos estudos sobre o fenômeno da rememoração. A base deste conceito é a oposição entre memória e história. A memória, espontânea e viva, havia deixado de existir para dar lugar à história, racional e morta.

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. (...) A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 9)

Não haveria mais memória espontânea, ou seja, tendo ela deixado de ser de fato uma prática social, torna-se, sobretudo, uma obrigação, um dever. “O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo” (NORA, 1993, p. 17). Este dever de memória estimularia o surgimento de lugares de memória, cuja principal função

seria bloquear o esquecimento. Tais lugares de memória viveriam de suas metamorfoses e, na concepção original, não seriam necessariamente locais geográficos – por exemplo, o historiador elencava como lugares de memória o manual didático *Lavisse* e o hino nacional francês, a *Marselhesa*.

A concepção original de Nora, do lugar de memória como algo que não teria necessariamente um referente no “real” – sendo ele próprio um referente – modificou-se com a popularização do conceito, sendo, a meu ver, cada vez mais atraído para a noção geográfica de lugar. Entrementes, talvez a própria difusão do conceito de lugar de memória seja um sintoma do que Andreas Huyssen chamou de um “mundo musealizado” (HUYSSSEN, 2000, p.15).

A ascensão recente de uma ordem mundial cada vez mais globalizada, a diluição das fronteiras econômicas, políticas e culturais trouxe em si a sensação de perda de identidade, ingrediente importante da presente tendência de buscar uma “recordação total”. Tal tendência seria o fermento de uma “cultura de memória” nas quais as iniciativas constantes de patrimonialização são componente essencial.

A memória assim compreendida não seria um espaço puro, um retorno ao sentimento comunitário como pensava Halbwachs e, talvez, Nora. Trata-se já de mercadoria, na qual felicidade e trauma passados são igualmente passíveis de serem “consumidos” e a onipresente rememoração pública (mas também a privada) esconderia um medo do esquecimento. Huyssen identifica um “crescimento fenomenal do discurso da memória dentro da própria historiografia”. Assim, define, “quanto mais o capitalismo de consumo avançado prevalece sobre o passado e o futuro, sugando-o num espaço sincrônico em expansão, mais fraca a sua autocoção, menor a estabilidade ou a identidade que proporciona aos assuntos contemporâneos” (HUYSSSEN, 2000, p. 28).

Passamos então de uma memória “pura”, mas em processo de desaparecimento, para uma memória “total” e onipresente, que, por vezes, confunde-se com a história e, por outras, a supera, na tentativa de vencer o esquecimento dado pela aceleração dos tempos atuais. Memória que é lembrança, mas também consumo, ou seja, toma forma de uma apropriação da sociedade capitalista como mercadoria. Mas, seria possível compreender a memória ainda como expressão da cultura operária e da luta de classes? É o nosso foco a seguir.

Memória e história do trabalho

São muitas as interfaces entre os estudos a respeito da memória e a história do trabalho. Do ponto de vista teórico, é evidente que a perspectiva trazida por Halbwachs do caráter coletivo da memória encontrou uma forte relação no conceito mais caro deste campo historiográfico: a classe. O advento da história oral como forma de investigação da memória se revestiu desde o início de uma preocupação com a análise de grupos operários. Desde as pesquisas de Paul Thompson com a classe operária britânica, estudos importantíssimos foram produzidos sobre movimentos de resistência, cotidiano e cultura de trabalhadores e trabalhadoras, mesmo no Brasil (onde a história oral iniciou-se pelo estudo das elites, a partir da experiência pioneira do CPDOC/FGV, criado em meados dos anos 1970²).

Em texto recente, Paulo Fontes (2021) destaca a importância de especialistas italianos como Alessandro Portelli e Luisa Passerini para o incremento da reflexão acerca da história oral e da memória na história do trabalho. Esses historiadores foram “desafiados pela compreensão da experiência histórica do fascismo, imersos nos debates que resultaram na micro-história italiana” (Fontes, 2021, p.83), entre outros fatores conjunturais que os inspiraram. Se Passerini (1979) mostrou a importância da subjetividade como elemento analítico nas narrativas produzidas pela história oral, o trabalho de Portelli enveredou por discussões importantes relacionadas ao papel do mito (2006) e da ucronia (1993) – uma espécie de utopia às avessas – como elementos dos relatos operários. Em relação a este último aspecto, Portelli refletiu sobre o valor das narrativas inexatas factualmente sobre o passado nos relatos de militantes políticos de esquerda, sendo estas compreendidas como reveladoras do “conflito entre a imaginação do compromisso histórico e a imaginação popular dos militantes” (1993, p. 54).

De fato, podemos estabelecer paralelos entre a ideia precursora de Halbwachs da existência de uma memória coletiva com a concepção do conceito de classe percebido não como categoria puramente estrutural, mas, sobretudo, como experiência histórica e processo coletivo, marcado pela solidariedade e pela

² Para um balanço da história do CPDOC, ver ALBERTI, 1998. São hoje muito numerosas e significativas as pesquisas envolvendo história do trabalho e história oral. Para um levantamento breve e apenas ilustrativo, cito FONTES, 2021; GOMES e GUIMARÃES NETO, 2018, ROVAI, 2014; MONTENEGRO, 1992.

construção identitária a partir de E.P.Thompson³. A memória operária se reveste, desta forma, de importância ímpar como caminho para compreender as construções culturais classistas, a compreensão da justiça e das instituições pelos operários e suas experiências de luta.

Como ressalta o antropólogo José Sérgio Leite Lopes, que produziu obra clássica sobre a experiência dos trabalhadores da Companhia Paulista, de Pernambuco (1988), o peso das tradições é alicerce das lutas do presente na leitura proposta por Thompson dos conflitos de classe. E estas tradições são compreendidas, sobretudo, por meio da construção cultural do passado. A memória poderia, assim, fornecer uma “linguagem legítima para a reivindicação dos direitos de todos os operários” (2011, p. 589).

O terreno para a construção destas memórias é, desta forma, pleno de contradições e negociações. Entre utopias e ucronias, entre passado e presente, entre adesão e confronto, a experiência da exploração é vivida por trabalhadores e trabalhadoras como uma constante negociação da sua própria identidade. “De fato, mais que uma aparente incoerência lógica na soma heterogênea de práticas ‘tradicionais’ e ‘racional-modernas’, os trabalhadores operavam na lógica do fluxo contínuo e do tênue limite das apropriações dos usos das concessões e dos direitos” (LEITE LOPES, 2011, p. 589).

Essa “aparente incoerência” esconde práticas paradoxais que devem ser percebidas como sínteses. Como exemplifica Antonio Luigi Negro: “na cultura operária, não há contradição entre o direito e o favor, entre o protesto de rua e o apelo à defesa do advogado” (NEGRO, 2006, p. 2002).

A memória no presente: desindustrialização

A partir das décadas finais do século XX, uma mudança importante ocorreu na vida dos trabalhadores das sociedades ocidentais, com o advento da reestruturação produtiva e, posteriormente, com a desindustrialização. A reestruturação produtiva ocorreu a partir dos anos 1970, com a mudança de rotinas e relações de produção, emergência de novos processos e, também, das tecnologias de informação. Trata-se, ainda, de transformação no próprio caráter da sociedade capitalista, com a

³ Para uma discussão de classe em Thompson, ver MATTOS, 2012. Para as elaborações teóricas do próprio autor, ver THOMPSON, 1981, 1987 e 2001.

“redefinição dos papéis dos Estados nacionais e das instituições financeiras” (CORREA, 2006, p. 237). O progressivo uso das tecnologias de informação impactou praticamente todos os setores produtivos, resultando, por exemplo, na implantação intensiva de robôs na linha de produção do setor automobilístico ou na profunda mudança das rotinas de ofícios como o dos bancários. De fato, todo o sistema produtivo se alterou, tendo como pano de fundo um grande aumento da produtividade, com a intensificação da exploração dos trabalhadores e trabalhadoras.

Do ponto de vista destes e destas, nunca a famosa frase do Manifesto Comunista, de Marx e Engels, “tudo que é sólido desmancha no ar”, se tornou tão atual. Nas últimas décadas, a crença em um tempo de emprego relativamente estável e de aumento gradual de direitos se esvaíram, resultando na virtual destruição de ofícios, fechamento de vagas e sensação de inviabilidade do futuro.

Na Europa e América do Norte, a reestruturação produtiva coincidiu com o início de outro processo, ainda mais profundo e impactante: a desindustrialização. Conforme Oreiro e Feijó (2010), a desindustrialização começou a ser definida entre os pensadores econômicos já nos anos 1990. De um “conceito clássico”, que identifica o fenômeno à redução da participação do emprego industrial no emprego total, relativo a um país ou região, passou-se, paulatinamente, a um “conceito ampliado”, que compreende uma queda tanto no emprego industrial proporcional ao total, quanto no valor adicionado da indústria em relação ao PIB. “Uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda, mas quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos e/ou de valor adicionado para uma determinada economia” (OREIRO, FEIJÓ, 2010, p. 221).

Há dois caminhos pelos quais as economias desindustrializadas costumam seguir. Uma primeira alternativa, característica dos países do Norte Global, resultou no aumento da participação de produtos com maior desenvolvimento tecnológico e maior valor agregado na produção. Em contraste, na América Latina, África e parte da Ásia, a desindustrialização se intensificou a partir da década de 1990, num contexto de economias ainda não plenamente desenvolvidas, e trouxe em seu bojo um retorno à supremacia dos produtos primários no PIB, com conseqüente fortalecimento dos setores agrários, aceleração do desemprego industrial e enfraquecimento dos sindicatos.

O Brasil, por exemplo, vive um processo de desindustrialização acelerada nas últimas décadas. Dados recentes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo mostram que, entre 2015 e 2021, foram fechadas 36,6 mil fábricas no país, numa média de 17 empresas por dia. Conforme o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), a participação da indústria de transformação no PIB caiu de 20% em 1976 para 11,3% em 2018 (FERRAZ JR, 2021). Pesquisa divulgada em julho de 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou uma queda de 1 milhão de empregos na indústria brasileira entre 2011 e 2020 (VIECELI, 2022). No início da segunda década dos anos 2000, as indústrias predominantes no país são aquelas ligadas diretamente ao setor primário, como os frigoríficos.

Qual a importância destas transformações para os estudos históricos a respeito da memória operária? É importante retomar aqui a já mencionada característica da construção da memória como uma representação do passado que ocorre no presente – relacionada, portanto, aos interesses e contingências da vida atual dos indivíduos e de suas preocupações no momento. Assim, um presente de desativação de plantas industriais, de mudança da matriz energética e de desemprego tornaram ainda mais vitais para os trabalhadores e trabalhadoras a produção de memórias a respeito de suas experiências pretéritas laborais e de luta, bem como, ajudaram a definir o caráter e o significado das representações elaboradas nas narrativas memorialísticas.

Podemos dizer que, no contexto de desindustrialização, as lembranças acabam sendo muitas vezes ainda mais dominadas pelo saudosismo, tendendo a ressaltar preferencialmente, aspectos positivos, ou mesmo, reinventar um passado supostamente harmonioso colocado sempre em contraste a um presente compreendido como um tempo sem futuro ou esperança. Tais memórias do passado se colocam desta forma como firme contraponto ao presente de precariedade, reatualizando o pertencimento de direitos agora ausente na experiência concreta do atual.

O rememorar se apresenta, desse modo, paradoxalmente, como unificador de dois polos que parecem opostos: um tempo de companheirismo, solidariedade e valorização do saber operário, por um lado, e a lembrança da exploração, do sofrimento associados ao trabalho e dos movimentos coletivos de resistência, por outro. O passado coletivo se constrói em contraste com o presente de isolamento e fragmentação. A “aparente incoerência” da memória de quem vive do trabalho se

intensifica num tempo em que a centralidade do seu papel e, portanto, de seu fazer-se, é fortemente contestada.

A este respeito, Joshi reflete sobre a produção da identidade operária no processo de desindustrialização na Índia, quando a produção se desloca da fábrica para outros locais sociais. Neste contexto, as identidades de gênero são, também, afetadas, porque os homens deixam de ser os sujeitos melhor remunerados nas famílias e as mulheres assumem um protagonismo inédito na sociedade indiana, assumindo o papel de provedor antes característico da masculinidade. Mesmo assim, a memória da fábrica como espaço coletivo e de transformação não morre, nem as experiências de resistência anteriormente vivenciadas pela classe; mas o passado do emprego industrial massivo é ressignificado num tempo de desemprego.

Nos anos 1990, quando as grandes fábricas estavam cerrando as portas e o trabalho industrial nas cidades era escasso, representações nostálgicas atribuíam ao trabalho urbano o tipo de segurança que o trabalho rural e a terra tiveram para eles no passado. Diante da ausência de trabalho na década de 1990, o emprego fabril dos velhos tempos parecia análogo à terra: uma herança que podia ser passada para as futuras gerações. (JOSHI, 2009, p. 17)

A desativação das fábricas e a desmobilização dos trabalhadores traz também uma “invisibilização do trabalho nos espaços públicos” (2009, p. 22). A centralidade do trabalho na sociedade é contestada pela diminuição brutal dos movimentos coletivos e de suas mobilizações nas ruas. A classe é também a classe na sua produção simbólica, ensinava Bourdieu (1989).

Com o declínio dos contingentes fabris, o maior volume de emprego ou trabalho remunerado na Índia passou a se concentrar no setor informal, onde as mulheres levavam vantagem sobre os homens. “A erosão dos espaços em torno dos quais a cultura do trabalho e do lazer foi construída originou uma crise das identidades masculinas”, relata Soshi (2009, p. 26). Podemos supor que não apenas no caso indiano, o enfraquecimento do sujeito tradicional do movimento operário – homem, branco, sindicalizado – provocado pela desindustrialização ajudou a tornar ainda mais notável a polifonia e diversidade da classe trabalhadora.

E isso também gera uma tensão sobre a memória e sobre a própria historiografia. A diversidade da classe passou a ser reconhecida não apenas em relação ao momento presente, mas, também, ao passado. A percepção de que os marcadores de raça e gênero se mostraram imprescindíveis para a compreensão da

experiência de classe alterou os marcos teóricos do campo e provocou um maior diálogo com conceitos como interseccionalidade (CRENSHAW, 2002; DAVIS, 2016; BIROLI e MIGUEL, 2015) ou consubstancialidade (KERGOAT, 2010; HIRATA, 2014). Se já no início do século XXI, Batalha sustentava como uma percepção amplamente aceita entre os praticantes da história social do trabalho que sua redução ao operariado fabril era inaceitável, sendo necessário “incluir trabalhadores livres e não livres, urbanos e rurais, assalariados e autônomos, contratados e sazonais” (2006, p. 89), a maior parte das pesquisas ainda se voltava, à época, aos empregados de fábricas. A consciência de que as relações formais de emprego foram sempre minoritárias na realidade da imensa maioria daqueles e daquelas que vivem do suor foi ressaltada por Van der Linden, que salientou o caráter de gênero desta divisão entre “emprego-padrão” e precariedade (2017).

Por outro lado, o processo de construção das memórias operárias é em si um momento de embate e negociação entre experiências e sujeitos que integraram e integram a construção identitária da comunidade. As tensões entre um passado idealizado e um presente com poucas perspectivas não se verifica apenas nas memórias dos indivíduos e é percebida, também, na própria constituição do patrimônio histórico edificado, na qual a memória é elemento central e alvo de disputa.

Neste contexto, bairros e zonas, antes considerados redutos operários, passam a se constituir, atualmente, como espaços de crescente especulação imobiliária, nos quais, muitas vezes, a memória fabril é cultuada privilegiando aspectos relacionados ao empreendedorismo dos “capitães de indústria” ou a história das empresas, em narrativas nas quais as experiências operárias e, principalmente, as lutas sindicais e coletivas características da vivência de trabalhadores e trabalhadoras são esquecidos. Neste sentido, qualquer movimento de patrimonialização de espaços fabris é também um processo de embate que erige alguns sujeitos históricos e invisibiliza outros.

Sempre contraditória, sempre desafiadora, a memória operária também reveste de sentido os locais onde foi gerada. E resiste, mesmo que silenciosamente, a sua apropriação como meros objetos de consumo. “Os lugares não são apenas cenários passivos para o processo social, mas estão ativamente envolvidos na construção de identidades sociais” (SAVAGE, 2011, p. 26). Ao discutir a forma como a herança industrial foi patrimonializada no Vale do Rühr, na Alemanha, Berger e Wicke (2014) mostram uma experiência que uniu a representação do passado a espaços culturais

e de lazer, incluindo parques, mirantes, marcos, espaços artísticos e para eventos, museus, teatro, salas de música etc.

Projetos de patrimonialização tendem a estabelecer uma história unificada a respeito do passado industrial, ressaltando porventura aspectos estéticos e econômicos mais atrativos a uma apropriação turística deste. Como resalta Ferreira, “essa transformação geralmente oculta ou dissimula aqueles traços que evocariam os sinais de sofrimento inerentes a alguns processos produtivos” (2009.p. 23). Por outro lado, mesmo quando a memória de classe operária está presente nos espaços industriais, corre-se o risco de oferecer uma narrativa que implica no esquecimento de passados alternativos – como a vida dos trabalhadores e trabalhadoras não fabris, diaristas, domésticos, precários.

Embora enfatize uma conexão entre passado e presente, o patrimônio construído como entretenimento, por vezes, impede uma reflexão crítica sobre a experiência do trabalho, a exploração e o sofrimento dos seus protagonistas. Mais uma vez, a memória aparece como campo em disputa, na qual está em jogo a construção do protagonismo operário como permanência histórica e, especialmente, tradição (e assim, o alicerce referencial para novos embates).

Considerações finais

O campo dos estudos da memória se coloca hoje como um dos mais prolíficos das ciências humanas e, em especial, da historiografia. É flagrante a ampla difusão da história oral, cada vez mais, como método utilizado em pesquisas ligadas aos programas de pós-graduação da área, bem como o alcance do trabalho de entidades como a Associação Brasileira de História Oral. Este contexto funciona como uma espécie de disparador para o alargamento do interesse em relação à reflexão acerca da memória.

Sendo base para a construção da identidade coletiva, a memória se torna um elemento imprescindível para a reflexão em torno da história do trabalho. Dado que trabalhadores e trabalhadoras definem conjuntamente suas existências pelas diversas formas como experienciam a exploração, a solidariedade e resistência, os estudos sobre a memória operária são solo fértil para compreender os significados atribuídos por estes sujeitos a suas lutas e suas relações.

Penso que é importante, porém, pensar nesta memória como algo sempre em disputa, como já salientaram diversos autores. Se tal característica vale para diversos grupos sociais, ainda mais entre os e as trabalhadoras, nas quais momentos de aparente acomodação ou de profunda resistência à dominação e à opressão são muitas vezes indistinguíveis e paradoxalmente ligadas. A experiência operária é um poço de contradições, no qual, por vezes, convive um discurso de pretensa submissão e uma prática de constante reivindicação, que, ao não se sentir atendida, pode gerar explosões de revolta. A defesa do valor do ofício esconde, quase sempre, uma demanda por respeito e valorização.

Assim, a construção do discurso de memória de um grupo é, também, um processo, repleto de contradições e de poder. Refletindo sobre a transmissão da memória familiar, Welzer, Moller e Tschuggnall observam que “as histórias possíveis de serem transmitidas são aquelas que oferecem um ponto de conexão para que os ouvintes possam aportar sua própria imaginação e interpretação própria dos fatos”. São, sobretudo, “histórias que deixam espaços vazios para serem completados por outros” (2000, p.49). É o caráter vago que garante a sobrevivência da memória familiar, porque favorece a construção coletiva.

Não seria possível pensar o mesmo em relação à memória dos trabalhadores? A memória em seu fazer-se é também um processo de reescrita da história do grupo, de suas vitórias e derrotas, de seus momentos de hesitação e de coragem. Em tempos como os atuais, no qual a classe trabalhadora se encontra sob ataque feroz, a memória define novos embates, tanto na rememoração quanto na própria disputa dos espaços urbanos.

Fontes

FERRAZ JR. Processo de desindustrialização do Brasil se acentua. Jornal da USP, 04/03/2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/processo-de-desindustrializacao-no-brasil-se-acentua/>. Acesso em: 13 jan. 2023.

VIECELI, Leonardo. Indústria perde 1 milhão de empregos em uma década no Brasil. Folha de S.Paulo, 21/07/2022. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/industria-perde-1-milhao-de-empregos-em-uma-decada-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. *O acervo de história oral do CPDOC: trajetória de sua constituição*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1998.

BATALHA, Claudio. *Os desafios atuais da história do trabalho*. Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, jan/dez 2006.

BERGER, Stefan; WICKE, Christian. Um imaginário pós-industrial? A popularização do patrimônio industrial no Ruhr e a representação de sua identidade regional. *Estudos Históricos*, v. 27, n. 54, 2014.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*. Londrina, v.20, n. 2, p. 27-55, jul.-dez., 2015.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das “classes”. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CORREA, Maíra Baumgarten. Reestruturação produtiva e industrial. In: CATTANI, Antonio D. e HOLZMANN, Lorena (orgs). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 171-187, 2002.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, Maria Leticia M. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. *Museologia e Patrimônio*, v. 2, n. 1, 2009.

FONTES, Paulo. História Oral e história social do trabalho. Os migrantes nordestinos em São Paulo entre os anos 1940 e 1960. In: GOMES, Angela. *História oral e historiografia - questões sensíveis*. Rio de Janeiro: Letra e Voz, 2021.

GOMES, Angela e GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e usos do passado*. Rio: FGV, 2018.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social, USP*, v. 26, n. 1, 2016.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio: Aeroplano, 2000.

JOSHI, Chitra. Espaços do trabalho e história social na Índia. *Estudos históricos*, n.43, 2009.

KERGOAT, Daniele. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais, *Novos estudos*, n. 86, mar. 2010.

LINDEN, Marcel van der. San Precário: uma nova inspiração para historiadores. In: MATTOS, Marcelo Badaró e VARELA, Raquel. *História das relações de trabalho: Brasil e Portugal em perspectiva global* (orgs). Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p. 141-158.

LOPES, José Sérgio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1988.

LOPES, José Sérgio. Memória e transformação social: trabalhadores de cidades industriais. *Mana*, v. 17, n. 3, 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. *E.P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

MONTENEGRO, Antonio. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.

NEGRO, Antonio Luigi. O que a Justiça do Trabalho não queimou: novas fontes para o estudo do trabalho no século XX. *Politeia: História e sociedade*, v. 6, n. 1, p. 193-209, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, v. 10, 1993.

OREIRO, José Luis e FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Brazilian Journal of Political Economy*. 30, n. 2, 2010,

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta M. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos, memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*, v. 10, dez. 1993.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

ROVAI, Marta. *A greve no masculino e no feminino*. Rio de Janeiro: Letra e Voz, 2014.

SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. *Mundos do Trabalho*, v. 3, n. 5, 2011.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa (3 vol.)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WELZER, Harald; MOLLER, Sabine; TSCHUGGNALL, Karoline. *Mi abuelo no era nazi*. Buenos Aires: Prometeo, 2000.

Clarice Gontarski Speranza

Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora permanente do Programa de Pós Graduação em História da UFRGS. Bolsista produtividade CNPq PQ 2. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Trabalho, Resistência e Cultura.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8747056053837544>

Artigo recebido em: 05 de fevereiro de 2023.

Artigo aprovado em: 18 de maio de 2023.